

**Ficha Técnica do Documento**

<b>Título:</b>	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Macedo de Cavaleiros – Parte I
<b>Descrição:</b>	Apresentação geral do plano; razões que motivaram a elaboração; modo de articulação com outros instrumentos de planeamento e ordenamento do território; processo inerente à ativação.
<b>Data de produção:</b>	28 de setembro de 2012
<b>Data da última atualização:</b>	16 de maio de 2014
<b>Versão:</b>	Versão Final
<b>Desenvolvimento e produção:</b>	GeoAtributo C.I.P.O.T., Lda.
<b>Coordenador de Projeto:</b>	Ricardo Almendra   Geógrafo – Desenvolvimento e Ambiente
<b>Equipa técnica:</b>	Andreia Mota   Geógrafa – Desenvolvimento e Ambiente Elisa Bairrinho   Arquiteta Paisagista Teresa Costa   Geógrafa – Planeamento e Gestão do território
<b>Consultores:</b>	Rodrigo Silva   Técnico de Proteção Civil
<b>Município de Macedo de Cavaleiros:</b>	Eng.º Paulo Silva   Gabinete Técnico Florestal
<b>Código de documento:</b>	052
<b>Estado do documento:</b>	A aguardar parecer prévio da Autoridade Nacional de Proteção Civil
<b>Código do Projeto:</b>	051040501
<b>Nome do ficheiro digital:</b>	PME_MC_P1_VF



## ÍNDICE

### PARTE I ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>2</b>	<b>ÂMBITO DE APLICAÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS GERAIS</b>	<b>7</b>
<b>4</b>	<b>ENQUADRAMENTO LEGAL</b>	<b>8</b>
<b>5</b>	<b>ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO</b>	<b>10</b>
<b>6</b>	<b>ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO</b>	<b>11</b>
<b>7</b>	<b>ATIVAÇÃO DO PLANO</b>	<b>17</b>
<b>7.1</b>	<b>COMPETÊNCIA PARA A ATIVAÇÃO DO PLANO</b>	<b>17</b>
<b>7.2</b>	<b>CRITÉRIOS PARA A ATIVAÇÃO DO PLANO</b>	<b>18</b>
<b>8</b>	<b>PROGRAMA DE EXERCÍCIOS</b>	<b>21</b>

#### ÍNDICE RÁPIDO

1 INTRODUÇÃO PÁG 4

2 ÂMBITO DE APLICAÇÃO PÁG 6

3 OBJECTIVOS GERAIS PÁG 7

4 ENQUADRAMENTO LEGAL PÁG 8

5 ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO PÁG 10



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Listagem dos riscos naturais, mistos e antrópicos inerentes ao município.....	6
Figura 2 - Articulação dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT's).....	12
Figura 3 – Processo de ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Macedo de Cavaleiros.....	18

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil.....	4
Quadro 2 – Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território .....	12
Quadro 3 - Matriz de convergência entre o PMEPCMC e os instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território .....	16
Quadro 4 – Exercícios referentes a secas e incêndios florestais .....	21
Quadro 5 – Exercícios referentes a trovoadas e temporais .....	22
Quadro 6 – Exercícios referentes a movimentos de massas.....	23
Quadro 7 – Exercício referentes a geadas e acidentes rodoviários.....	23
Quadro 8 – Exercício referente ao risco de nevões.....	24
Quadro 9 – Exercício referente a sismos.....	24
Quadro 10 – Exercício referente a colapso de estruturas.....	25
Quadro 11 – Exercício referente a acidentes no transporte de substâncias perigosas .....	25
Quadro 12 – Exercício referente a incêndios urbanos.....	26
Quadro 13 – Exercício referente a acidentes industriais graves.....	26



## 1

## INTRODUÇÃO

A necessidade de prevenir possíveis catástrofes/desastres naturais e tecnológicos torna imperiosa a tarefa de avaliar a perigosidade e a vulnerabilidade dos territórios. Aliás são objetivos fundamentais da Proteção Civil Municipal (DL 65/2007 de 12 de novembro):

- Prevenir no território municipal os riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou catástrofe deles resultantes;
- Atenuar na área do município os riscos coletivos e limitar os seus efeitos no caso das ocorrências descritas na alínea anterior;
- Socorrer e assistir no território municipal as pessoas e outros seres vivos em perigo e proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público;
- Apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas nas áreas do município afetadas por acidente grave ou catástrofe.

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) de Macedo de Cavaleiros é um plano do tipo geral, o que significa que foi elaborado no intuito de controlar a generalidade das situações de acidente grave ou catástrofe que possam ocorrer em todo o território concelhio.

Para a elaboração do PMEPC de Macedo de Cavaleiros foi considerada a estrutura definida na Resolução n.º 25/2008, de 18 de julho (Quadro 1):

Quadro 1 - Estrutura do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Plano Municipal de Emergência de Macedo de Cavaleiros		
Estrutura	Conteúdo	Descrição
Parte I	Enquadramento Geral do Plano	Apresentação geral do plano; razões que motivaram a elaboração; modo de articulação com outros instrumentos de planeamento e ordenamento do território; processo inerente à ativação.
Parte II	Organização da Resposta	Tipificação das missões; modo de atuação e articulação dos agentes de proteção civil e demais organismos e entidades de apoio.
Parte III	Áreas de Intervenção	Apresentação das áreas de intervenção básicas da organização geral das operações; definição de prioridades de ação; determinação da estrutura de coordenação para cada uma das áreas de intervenção.
Parte IV	Informação Complementar	Informação adicional (estudos e análises complementares de caráter técnico e científico, cartografia, listagens e fluxogramas).
		Secção I Organização geral e mecanismos da estrutura de proteção civil.
		Secção II Caracterização do município; identificação e análise dos riscos a que o concelho está exposto.



Plano Municipal de Emergência de Macedo de Cavaleiros		
Estrutura	Conteúdo	Descrição
		Secção III Levantamento dos meios e recursos; contactos das várias entidades e respetivos intervenientes; modelos de comunicados, requisições, controlo e registo.

A elaboração deste documento pretende dar resposta a algumas questões, nomeadamente:

- A estrutura da organização de segurança;
- Os procedimentos a seguir nas ações para salvar as PESSOAS, BENS e o AMBIENTE;
- As responsabilidades dos diversos intervenientes.

Em caso de acidente grave, catástrofe ou calamidade, compete ao Diretor do Plano acionar e coordenar todas as operações de Proteção Civil na área do concelho de Macedo de Cavaleiros, de modo a prevenir riscos, atenuar ou limitar os seus efeitos, minimizar a perda de vidas e bens e agressão ao ambiente, procurando o mais rapidamente possível restabelecer as condições de normalidade.

Esta responsabilidade está atribuída ao Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros que assume a direção das atividades da Proteção Civil, em caso de ausência ou impedimento, a responsabilidade de direção é transferida para o seu substituto legal.

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Macedo de Cavaleiros (PMEPCMC) permitiu identificar e localizar os riscos que podem vir a assolar o concelho, quer riscos naturais, como secas, trovoadas e temporais, movimentos de massa, geadas e sismos; quer riscos antrópicos, ou seja, induzidos pela ação humana, tais como acidentes rodoviários, a rutura de barragens, os incêndios urbanos, o colapso de estruturas, o transporte de substâncias perigosas e acidentes industriais graves. Foram ainda identificados os riscos mistos, que apresentam causas combinadas na sua origem, isto é, para a sua ocorrência contribuem causas naturais e ações antrópicas, nomeadamente os incêndios florestais.

A consciência e o registo da vulnerabilidade do concelho face aos riscos citados permite em caso de emergência uma maior eficiência na gestão e organização dos meios e recursos a mobilizar para o terreno.

O PMEPCMC não é um documento definitivo, sendo obrigatório proceder à sua revisão no mínimo bianualmente (artigo 6º da Resolução n.º 25/2008, de 18 de julho). No entanto, pode ser atualizado sempre que se considere pertinente.



## 2

## ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Macedo de Cavaleiros consoante emanado pela Resolução n.º 25/ 2008, de 18 de julho, foi elaborado pela Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e aprovado pela Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC), mediante parecer prévio da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) e da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC).

O Plano de Emergência de Macedo de Cavaleiros é um instrumento de cariz municipal, que incide sobre o concelho de Macedo de Cavaleiros. Este é um dos doze municípios do distrito de Bragança e integra a NUT III Alto Trás-os-Montes. Apresenta uma área territorial de 699,2 km<sup>2</sup>, que se distribui pelas 38 freguesias do município. Tem como municípios vizinhos: Vinhais a Norte, Bragança a Nordeste, Vimioso a Este, Mogadouro e Alfândega da Fé a Sul, Vila Flor a Sudoeste e Mirandela a Oeste.

Um dos principais objetivos da elaboração do PMEPCMC foi adequar as necessidades operacionais do município aos principais riscos existentes no concelho. Para tal foi recolhida informação referente aos riscos existentes e aos riscos potenciais, bem como a clarificação dos conceitos e procedimentos a serem adotados perante uma situação de acidente grave ou catástrofe. Assim, este documento reflete a tipologia de risco analisada no concelho de Macedo de Cavaleiros, tanto no que concerne aos riscos naturais, como aos riscos mistos e aos riscos antrópicos:

*Figura 1 – Listagem dos riscos naturais, mistos e antrópicos inerentes ao município*

RISCOS NATURAIS	RISCOS MISTOS	RISCOS ANTRÓPICOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Secas;</li> <li>- Trovoadas e Temporais;</li> <li>- Movimentos de massa;</li> <li>- Geadas;</li> <li>- Nevões;</li> <li>- Sismos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Incêndios florestais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acidentes rodoviários;</li> <li>- Colapso de estruturas;</li> <li>- Acidentes no transporte de substâncias perigosas;</li> <li>- Incêndios urbanos e industriais.</li> </ul>



# 3

## OBJETIVOS GERAIS

Em termos muito gerais o PMEPCMC pode resumir-se à organização dos meios humanos e materiais e à indicação dos procedimentos para fazer face às situações de acidente grave ou catástrofe que possam constituir uma ameaça para as pessoas, os bens, o ambiente ou a operacionalidade do concelho de Macedo de Cavaleiros.

Este instrumento de planeamento apresenta como objetivos principais os seguintes:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis para posterior mobilização;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação das condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- Garantir a todos os cidadãos residentes neste concelho, o conhecimento antecipado de riscos existentes, através de ações de sensibilização, de modo a que a população interiorize a cultura de autoproteção e a forma de agir em caso de emergência;
- Definir as atuações e tarefas específicas para garantir uma maior eficácia e maior rapidez de intervenção;
- Estabelecer ações adequadas de modo a limitar os efeitos dos sinistros;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assumpção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência;
- Treinos e simulacros associados ao nível do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil.



# 4

## ENQUADRAMENTO LEGAL

O PMEPC de Macedo de Cavaleiros encontra-se devidamente enquadrado legalmente, conforme o disposto nos diplomas seguintes:

### **DECRETO-LEI N.º 72/2013, DE 31 DE MAIO**

Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, que cria o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro e procede à respetiva republicação.

### **LEI ORGÂNICA N.º 1/2011, DE 30 DE NOVEMBRO**

Transfere competências dos governos civis e dos governadores civis para outras entidades da Administração Pública em matérias de reserva de competência legislativa da Assembleia da República (DR N.º 230, I Série, 30 de Novembro de 2011).

### **DECRETO-LEI N.º 114/2011, DE 30 DE NOVEMBRO**

Transfere competências dos governos civis para outras entidades da Administração Pública, no âmbito da competência legislativa do Governo, regula a liquidação do património dos governos civis e define o regime legal aplicável aos seus funcionários.

### **RESOLUÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL Nº 25/2008, DE 18 DE JULHO**

Estabelece os critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil. Normaliza a estrutura e os conteúdos dos planos de emergência de proteção civil e define a periodicidade com que devem ser revistos e sujeitos a exercícios.

Esta resolução clarifica ainda o acesso público aos planos de emergência e garante a disponibilização das suas componentes não reservadas, por um período não inferior a 30 dias.

### **LEI Nº 65/2007, DE 12 DE NOVEMBRO**

Estabelece o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, a organização dos serviços municipais de proteção civil e as competências do comandante operacional municipal.

Determina ainda, relativamente aos planos municipais de emergência, que devem ser elaborados de acordo com as diretivas provenientes da Comissão Nacional de Proteção Civil.

### **DECRETO-LEI Nº 134/2006, DE 25 DE JULHO**

O Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), conforme definido em diploma próprio, é o conjunto de estruturas, normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de proteção civil atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional.



O referido diploma estabelece ainda o sistema de gestão de operações, que define a organização dos teatros de operações e dos postos de comando, clarificando competências e consolidando a doutrina operacional.

**LEI Nº 27/2006, DE 3 DE JULHO**

A Lei de Bases da Proteção Civil.

Define os princípios, os objetivos e as orientações para a atividade de Proteção Civil, e delibera sobre as competências do Presidente da Câmara Municipal, no que respeita à execução da política de proteção civil e define a composição e competências das Comissões Municipais de Proteção Civil.

**5****ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO****HISTÓRICO DE VERSÕES E ATUALIZAÇÕES AO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA**

Como referido anteriormente, o município de Macedo de Cavaleiros procedeu à elaboração do Plano Municipal de Emergência, com o objetivo de dispor de um instrumento para o desencadeamento das operações de proteção civil, com vista a possibilitar uma unidade de direção e controlo, para a coordenação das ações a desenvolver e gestão de meios e recursos mobilizáveis, face a um acidente grave, catástrofe ou calamidade, tendo em vista minimizar os prejuízos e perdas de vidas e o restabelecimento da normalidade.

O Plano Municipal de Emergência de Macedo de Cavaleiros obteve parecer favorável Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros (nos termos e para efeitos da alínea e) do artigo 3.º do Decreto-Regulamentar n.º23/93, de 19 de Julho), a 22 de junho de 1998. Este nunca foi revisto nem atualizado.

Durante o seu período de vigência, o Plano Municipal de Emergência de Macedo de Cavaleiros nunca foi ativado.

**DATA DE REALIZAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA E DO PARECER DA CMPC RELATIVAMENTE À PRESENTE VERSÃO DO PLANO**

Na sequência da publicação da Resolução 25/2008, de 18 de julho de 2008, iniciou-se o processo de elaboração de uma nova versão do documento, em conformidade com a referida diretiva.

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Macedo de Cavaleiros deve ser revisto, no mínimo, bianualmente, tendo a sua elaboração seguido cronologicamente as seguintes fases:

- Consulta pública das partes não reservadas do plano (todas as partes exceto a Parte IV, secções II e III que são de acesso reservado);
- Parecer prévio da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC);
- Parecer prévio da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC);
- Apreciação e aprovação da Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC);
- Publicação em Diário da República.

A fase de consulta pública desenrolou-se por um período não inferior a 30 dias e que decorreu entre 1 de agosto de 2013 e 12 de setembro de 2013.



# 6

## ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

A Resolução 25/2008 de 18 de julho refere a necessidade de promover uma maior interligação entre os mecanismos de planeamento de emergência de proteção civil e os instrumentos de planeamento e ordenamento do território.

Os Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território têm como objetivo primordial assegurar uma adequada organização e utilização do território nacional. De acordo com o artigo 7.º da lei n.º 48/98, de 11 de agosto, relativamente, ao seu âmbito de aplicação, estes podem ser de carácter:

- Nacional;
- Regional;
- Municipal.

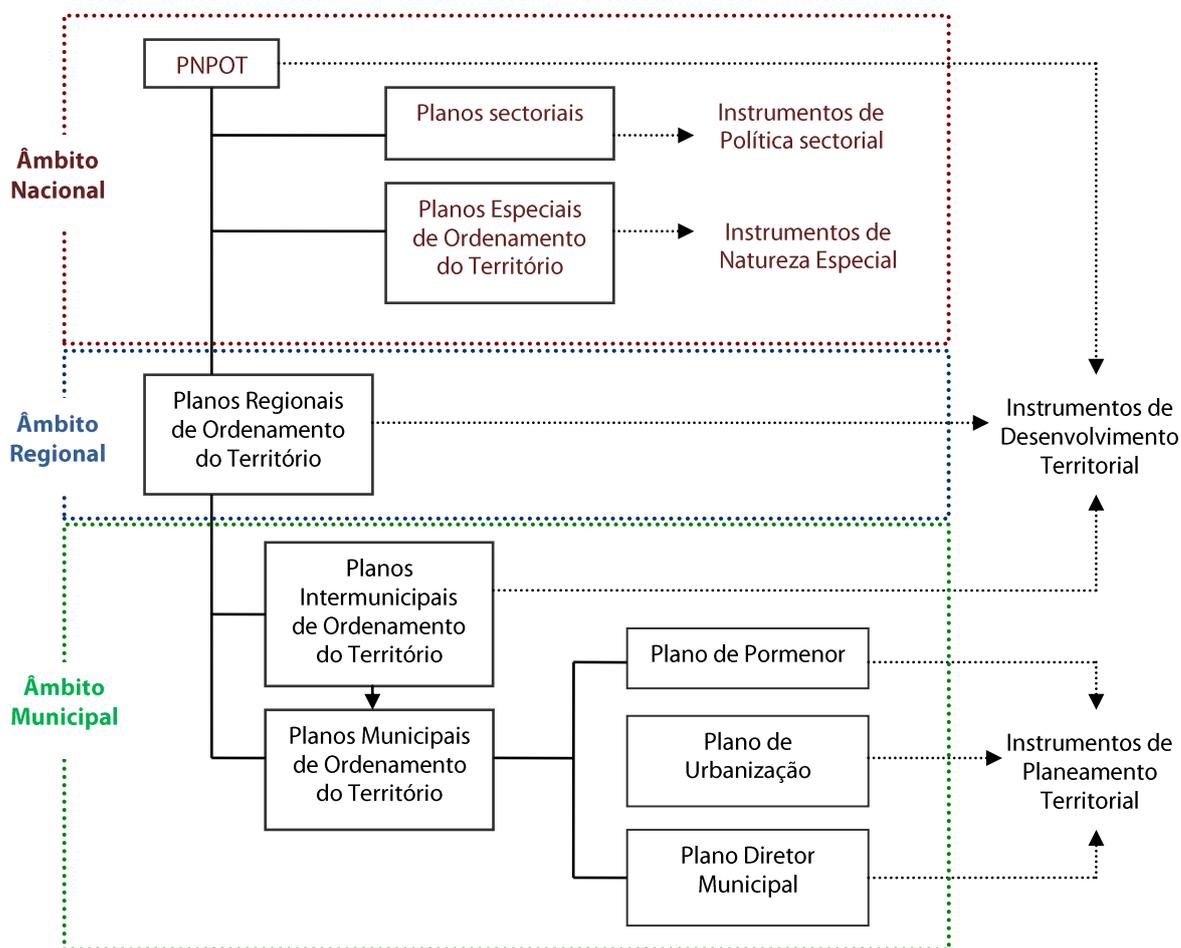
No que se refere às funções que desempenham (artigo 8.º da Lei n.º 48/98, de 11 de agosto), os Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território podem ser classificados em:

- **Instrumentos de desenvolvimento territorial**, de natureza estratégica (quando traduzem as grandes opções com relevância para a organização do território);
- **Instrumentos de natureza regulamentar** (quando estabelecem o regime de uso do solo);
- **Instrumentos de política sectorial** (quando programam ou concretizam as políticas de desenvolvimento económico e social com incidência espacial);
- **Instrumentos de natureza especial** (quando se constituem como um meio supletivo de intervenção do Governo para a prossecução de objetivos de interesse nacional, com repercussão espacial, ou, como uma forma de salvaguardar os princípios fundamentais do programa nacional de ordenamento do território).

De um modo simplificado, os vários instrumentos de gestão territorial (IGT) articulam-se da seguinte maneira:



Figura 2 - Articulação dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT's)



O PMEPCMC articula-se com os vários Instrumentos de Gestão Territorial existentes no território em questão, nomeadamente:

Quadro 2 – Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território

NÍVEL DO IGT		DESIGNAÇÃO DO INSTRUMENTO	
Âmbito Nacional		PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
		ENDS	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
	Planos sectoriais	PNA	Plano Nacional da Água
		PNDFCI	Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
		PNAAS	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde
		PNPR	Plano Nacional de Prevenção Rodoviária
		ENF	Estratégia Nacional para a Floresta



NÍVEL DO IGT		DESIGNAÇÃO DO INSTRUMENTO	
		PROFBM	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste Transmontano
		PBHA	Plano da Bacia Hidrográfica do Ave
Âmbito Regional		PROTN	Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte
Âmbito Municipal		PDM	Plano Diretor Municipal
	Planos sectoriais	PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
Instrumentos de planeamento de emergência		PDEPCB	Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil de Bragança
		PMEPC Adjacentes	Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil dos municípios adjacentes

Como o PMEPCMC se afirma como um instrumento de planeamento e ordenamento de âmbito municipal, foi dado particular ênfase à articulação do PMEPCMC com os instrumentos de ordenamento e planeamento do território de âmbito municipal e distrital:

### PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO NORTE (PROT-N)

Elaborado em cumprimento da RCM n.º 29/2006 e cumpre os requisitos legais estabelecidos pelo DL n.º 380/99, de 22 de setembro, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROTN) teve a decisão de elaboração aprovada pela RCM n.º 29/2006, de 23 de março.

Este estabelece os riscos e os respetivos graus de suscetibilidade para a região Norte, bem como as orientações globais para o tratamento dos riscos naturais, tendo em conta as seguintes instruções:

- Desenvolvimento e promoção de uma consciência do risco com recurso à sua identificação espacial;
- Introdução sistemática da análise dos riscos naturais no ordenamento do território;
- Afirmação da cartografia dos riscos naturais como instrumento de trabalho no ordenamento do território;
- Definição de indicadores/reguladores da intervenção sobre o território por classe de risco;
- Desenvolvimento de rotinas de monitorização no âmbito da prevenção e preparação da previsão do risco natural;
- Promoção da convergência de interesses e organização dos trabalhos de prevenção das áreas do ordenamento do território e da proteção civil.

O PROTN define os riscos e os respetivos graus de suscetibilidade por sistemas territoriais, sendo que no caso específico de Macedo de Cavaleiros, quase todo o território concelhio integra o sistema territorial “Planalto Transmontano”. Neste sentido, segundo o PROTN, neste sistema territorial, os riscos com maior



grau de suscetibilidade (“moderada a forte” “forte” e “forte a muito forte”) identificados para o município são:

- Ondas de calor (moderado a forte);
- Vagas de frio (moderado a forte);
- Geadas (moderado a forte);
- Erosão hídrica de solos (forte a muito forte).

Tal como referido anteriormente, as indicações do PROTN são dadas para todo o sistema territorial e não especificamente para o concelho de Macedo de Cavaleiros, como tal, apesar de consideradas as indicações do Plano, os riscos, bem como o grau de suscetibilidade foram adequados à escala municipal, tendo em conta as particularidades do território concelhio.

Importa salientar que, as indicações do PROTN são dadas para todo o sistema territorial e não especificamente para o concelho de Macedo de Cavaleiros. Neste sentido, os riscos, bem como o grau de suscetibilidade foram adequados à escala municipal, tendo em conta as particularidades do território concelhio.

### **PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS**

O Plano Diretor Municipal (PDM) de Macedo de Cavaleiros é um Plano Municipal de Ordenamento do Território (PMOT), que abrange todo o território municipal e que, com base na estratégia de desenvolvimento local, estabelece a estrutura espacial, a classificação básica do solo, bem como parâmetros de ocupação, considerando a implantação dos equipamentos sociais e desenvolve a qualificação dos solos urbano e rural. Este foi aprovado em Assembleia Municipal a 4 de novembro de 1994.

Na versão ainda em vigor do PDM de Macedo de Cavaleiros não são feitas referências específicas aos riscos que afetam o município. Neste sentido, importa referir que a revisão do PMEPCMC é parte integrante de um processo de planeamento e ordenamento do território que se assume como dinâmico, o que significa que houve a necessária articulação com os restantes planos, nomeadamente a Revisão do Plano Diretor Municipal (ainda em curso) onde deverão estar identificadas as áreas de maior risco.

### **PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE MACEDO DE CAVALEIROS**

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) do Concelho de Macedo de Cavaleiros é um “um instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de ações de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas” (PNDFCI), que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) passa a dispor para o desencadeamento das operações e coordenação das ações de prevenção e combate a incêndios florestais (PMDFCI de Macedo de Cavaleiros – Caderno II, 2007)

Como referido anteriormente, o PMDFCI de Macedo de Cavaleiros contém as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios, bem como os mecanismos de prevenção e de previsão e programação das intervenções das diferentes entidades envolvidas numa situação de incêndio florestal. Assim, de modo a articular o PMEPCMC com o conteúdo do PMDFCI de Macedo de Cavaleiros, foram incluídas no PMEPCMC



as zonas mais suscetíveis à ocorrência de incêndios florestais, os meios de atuação das diversas entidades caso se verifique a ocorrência de um incêndio florestal e respetivas medidas de mitigação.

### **PLANO DISTRITAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE BRAGANÇA**

O Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil de Bragança é um documento que serve como instrumento de suporte ao sistema de proteção civil para a gestão operacional em caso da ocorrência de um acidente grave ou catástrofe. O mesmo documento clarifica, ainda, os procedimentos e a atuação de cada uma das entidades que integram a Comissão, em cenários específicos de emergência.

A cooperação ao nível da proteção civil no distrito de Bragança tem sido, também promovida pela Comissão Distrital de Proteção Civil (CDPC) de Bragança, a quem compete proceder à elaboração do Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil de Bragança, acompanhar as políticas diretamente relacionadas com o sistema de proteção civil e promover a realização de exercícios, simulacros ou treinos operacionais.

No momento da elaboração do PMEPCMC, o PDEPC de Bragança encontrava-se em fase de revisão, em conformidade com o previsto na Resolução n.º 25/2008, de 18 de julho. Neste sentido, quer a organização quer os conteúdos do PDEPC encontram-se em conformidade com o PMEPCMC, no que se refere à organização das operações e nas missões dos agentes de proteção civil e entidades e organismos de apoio envolvidos no plano.

### **PLANOS MUNICIPAIS DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DOS MUNICÍPIOS ADJACENTES**

Numa fase em que a grande maioria dos Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil dos municípios adjacentes se encontram numa fase de revisão, no âmbito da Resolução n.º 25/2008, de 18 de julho, importa que num futuro processo de revisão do PMEPCMC seja feito um esforço adicional de forma a adequar o seu conteúdo às vulnerabilidades dos concelhos vizinhos, uma vez que neste momento estes ainda não se encontram disponíveis.

A articulação do PMEPCMC com os PMEPC dos municípios adjacentes tem sido promovida pela Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, através da realização de reuniões com os SMPC dos municípios que compõe esta Associação. Simultaneamente a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana procedeu à elaboração dos Municipais de Emergência de Proteção Civil e à realização de ações de divulgação e sensibilização no domínio da proteção civil nos municípios de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães e Vila Flor, iniciando-se a definição de uma estratégia fundamental ao nível da prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos, que pretende dotar os municípios de uma ferramenta fulcral no planeamento da emergência face a situações de risco.

Seguidamente é apresentada uma matriz onde constam os instrumentos que se articulam com o PMEPC de Macedo de Cavaleiros, destacando-se os pontos que convergem entre os planos:



Quadro 3 - Matriz de convergência entre o PMEPCMC e os instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território

INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	PNPOT	ENDS	PNA	PNDFCI	PNAAS	PNPR	ENF	PROF-NE	PBHD	PROT-N	PDM	PMDFCI	PDEPCB	PMEPC MUNICIPIOS ADJACENTES
<b>O PMEPC visa estabelecer</b>														
Tipificação dos riscos	X	X	X	X	X				X	X		X	X	X
Medidas de prevenção a adotar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X
Identificação dos meios e recursos mobilizáveis em situação de acidente grave ou catástrofe				X		X						X	X	X
Definição das responsabilidades que incumbem aos organismos, serviços e estruturas, públicas ou privadas, com competências no domínio da proteção civil municipal	X		X	X						X		X	X	X
Crítérios de mobilização e mecanismos de coordenação dos meios e recursos, públicos ou privados utilizáveis				X								X	X	X
Estrutura operacional que há de garantir a unidade de direção e o controlo permanente da situação	X			X								X	X	X



# 7

## ATIVACÃO DO PLANO

### 7.1 COMPETÊNCIA PARA A ATIVAÇÃO DO PLANO

Conforme o previsto na Lei de Bases da Proteção Civil (Lei de Bases da Proteção Civil, nº 27/2006 de 3 de julho) compete ao Presidente da Câmara Municipal, no exercício de funções de responsável municipal da política de proteção civil, desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as ações de proteção civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação, adequadas em cada caso, na sua ausência ou impedimento será revezado pelo seu substituto legal. O Presidente da Câmara Municipal é apoiado pelo serviço municipal de proteção civil e pelos restantes agentes de proteção civil de âmbito municipal.

É também definido na Lei nº65/2007 de 12 de novembro, que enquadra a Proteção Civil Municipal, que é competência das comissões municipais de proteção civil (alíneas c) e d) do ponto 3, do art.3º):

- Determinar o acionamento dos planos, quando tal se justifique;
- Garantir que as entidades e instituições que integram a CMPC acionam, ao nível municipal, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições, os meios necessários ao desenvolvimento das ações de proteção civil.

Conforme referido anteriormente, a competência para proceder à ativação do PMEPCMC pertence à CMPC, que por razões de celeridade do processo pode deliberar a ativação do plano com uma composição reduzida, sendo posteriormente sancionada pelo plenário da Comissão.

Assim, para determinar a ativação do PMEPCMC, a CMPC poderá deliberar com recurso a 1/3 dos elementos que a compõe. No entanto, a composição reduzida da CMPC deve ser composta pelo menos por membros do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), dos Bombeiros Voluntários de Macedo de Cavaleiros e da Guarda Nacional Republicana (Posto Territorial de Macedo e Cavaleiros e Posto Territorial de Morais).

Para que a ativação do plano se torne pública serão utilizados os seguintes meios:

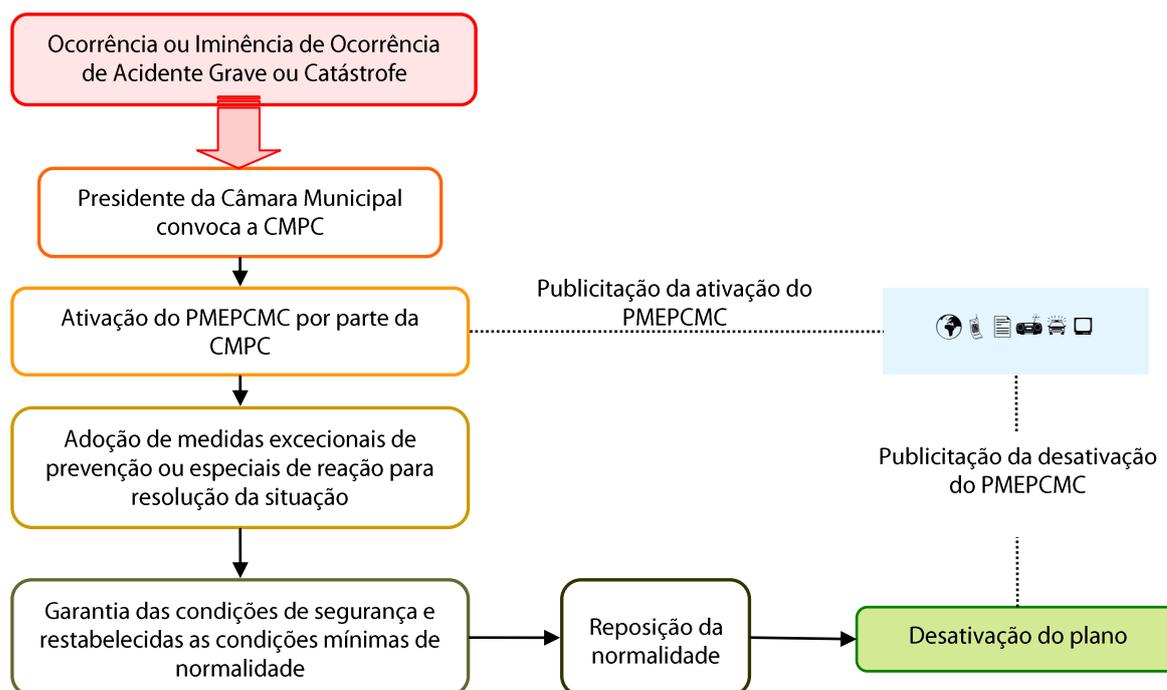
- Site da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros ([www.cm-macedodecavaleiros.pt](http://www.cm-macedodecavaleiros.pt));
- Órgãos de comunicação social (Jornal O Comércio de Macedo; Jornal Terra Quente; Jornal Nordeste; Rádio Onda Livre);
- Editais;
- Avisos sonoros e instruções difundidos por altifalantes dos veículos das forças de segurança e corporação de bombeiros.



O PMEPCMC deve ser desativado por decisão do diretor do plano, somente quando estiverem garantidas as condições de segurança para a população e restabelecidas as condições mínimas de normalidade, sendo para tal utilizados os mesmos meios de divulgação empregados na publicitação da ativação.

Esquemáticamente, e de forma sucinta, o processo compreende as seguintes etapas:

Figura 3 – Processo de ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Macedo de Cavaleiros



Importa referir que a comunicação da ativação/desativação do plano deverá ser sempre realizada aos municípios vizinhos e à ANPC/ CDOS de Bragança.

## 7.2 CRITÉRIOS PARA A ATIVAÇÃO DO PLANO

Nos termos da alínea c) do n.º3 do artigo 3.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, quem determina a ativação do plano é a CMPC.

O PMEPC de Macedo de Cavaleiros pode ser ativado em duas situações distintas: para planeamento, treino e preparação de pré-emergência ou quando se verifique a ocorrência ou iminência de ocorrência de um acidente grave ou catástrofe em que seja reconhecida a necessidade de adotar medidas



preventivas ou medidas especiais de reação. Especificamente em relação à segunda situação existem alguns critérios que fundamentam a ativação/desativação do plano:

1. Ocorrência de vítimas num número igual ou superior a:
  - 15 Sinistrados;
  - 20 Pessoas desalojadas;
  - 10 Mortos;
  - 5 Pessoas desaparecidas.
2. Mais de 15% da área territorial afetada pelo acidente grave ou catástrofe;
3. Vias de comunicação terrestres nacionais estruturais (A4 e/ou IP2) cortadas por um período igual ou superior a 4 horas;
4. Vias de comunicação terrestres nacionais e/ou municipais cortadas por um período igual ou superior a 8 horas;
5. Suspensão do abastecimento de água por um período superior a 24 horas;
6. Suspensão do fornecimento de energia elétrica por um período superior a 24 horas;
7. Ocorrência ou iminência de um acidente grave ou catástrofe, que coloque mais de uma localidade em risco;
8. Ocorrência de um incêndio florestal com área superior a 1.000 ha e/ou com duração superior a 24 horas;
9. Evacuação de localidades com mais de 50 habitantes;
10. Rotura ou ameaça de rotura de uma Barragem;
11. Existência de condições climatéricas adversas por um período superior a 24 horas;
12. Acidente grave ou catástrofe que envolva uma ou mais substâncias perigosas, com consequências graves imediatas ou retardadas de âmbito civil, material ou do ambiente;
13. Duas ou mais redes de telecomunicações sem funcionamento por um período superior a 48 horas;
14. Ocorrência de um sismo com intensidade igual ou superior a grau VI na escala de Mercalli e/ou que provoque danos estruturais em edifícios ou meios de comunicação terrestres;
15. Temperaturas superiores a 45°C ou temperaturas inferiores a -15°C;
16. Queda de neve por um período ininterrupto de 2 dias com localidades isoladas;
17. Incêndio urbano envolvendo mais de 3 edifícios e/ou incêndio industrial que envolva mais de um edifício;



**18.** Qualquer ameaça confirmada de NRBQ.

De salientar que os critérios apresentados são apenas uma orientação para a CMPC (entidade a quem compete determinar a ativação do plano) determinar ou não a ativação do PMEPCMC, podendo o plano ser ativado em outras circunstâncias que não as mencionadas, caso a CMPC assim o entenda.

O plano será desativado pela CMPC, assim que deixem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua ativação, ou quando a gestão da situação de emergência não implique a adoção/manutenção de medidas especiais de resposta de proteção civil.



# 8

## PROGRAMA DE EXERCÍCIOS

O plano municipal de emergência deve ser regularmente testado através de exercícios em que se simulam situações de acidente grave ou catástrofe a diferentes níveis. Com o planeamento e realização destes treinos poderá, por um lado, testar-se o plano em vigor, adaptando-o e atualizando-o se se verificar necessário, e, por outro lado, rotinarem-se os procedimentos a adotar em situação real de emergência.

A Resolução n.º 25/2008 de 18 de julho prevê nos termos do artigo 9º que:

- Será organizado um exercício no prazo de 180 dias após publicação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Concelho de Macedo de Cavaleiros;
- Serão realizados exercícios bianuais.

Constitui-se assim de elevada importância a realização de exercícios anuais de posto de comando CPX<sup>1</sup> e de um exercício operacional LivEx<sup>2</sup>.

Após a realização de cada exercício, independentemente do tipo, deve ser efetuado um briefing com todas as entidades intervenientes, com o intuito de analisar o modo de atuação e recolher as considerações dos diversos intervenientes.

Deste modo, com o intuito de preparar meios humanos e materiais para a ocorrência dos riscos inerentes ao município de Macedo de Cavaleiros foram estabelecidos vários cenários hipotéticos de situações de acidente grave ou catástrofe. A realização destes exercícios irá permitir testar periodicamente a operacionalidade do plano e contribuir para a manutenção de um estado de prontidão elevado.

Nas tabelas seguintes estão definidos os cenários associados a cada um dos riscos identificados, bem como os meios envolvidos e os objetivos a alcançar:

*Quadro 4 – Exercícios referentes a secas e incêndios florestais*

SECAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS			
Tipo de exercício	CPX ou LivEx	Data	A definir
Cenário	O Município de Macedo de Cavaleiros debate-se com um período de seca extrema, em que a disponibilidade hídrica do concelho é agora insuficiente para fazer face às necessidades da população. O Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) não prevê que a situação melhore nos próximos dias. Existem vários incêndios florestais ativos no concelho, que devido à situação de seca escassez de água podem atingir grandes dimensões.		

<sup>1</sup> CPX (Comand Post Exercise) – realiza-se em contexto de sala de operações e tem como objetivos testar o estado de prontidão e a capacidade de resposta e de mobilização de meios das diversas entidades envolvidas nas operações de emergência.

<sup>2</sup> LivEx – exercício de ordem operacional, no qual se desenvolvem missões no terreno, com meios humanos e equipamento, permitindo avaliar as disponibilidades operacionais e as capacidades de execução das entidades envolvidas.



<b>SECAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS</b>	
Intervenientes	Corpo de Bombeiros Voluntários de Macedo de Cavaleiros; Forças de Segurança; Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros e Centro de Saúde de Macedo de Cavaleiros; Autoridade de Saúde de Nível Municipal; Câmara Municipal; Instituto Português do Mar e da Atmosfera; Órgãos de Comunicação Social (Jornal O Comércio de Macedo; Jornal Terra Quente; Jornal Nordeste; Rádio Onda Livre); Juntas de Freguesia.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Monitorizar grupos de risco;</li> <li>- Controlar as reservas de água, estabelecendo restrições ao seu uso;</li> <li>- Verificar a capacidade de proceder ao abastecimento de água à população;</li> <li>- Divulgar recomendações e medidas de minimização dos efeitos da seca e de prevenção dos incêndios florestais;</li> <li>- Verificar a capacidade de vigiar a qualidade da água para consumo humano;</li> <li>- Gerir meios humanos e técnicos a afetar aos serviços de urgência, ao apoio ambulatorio e aos incêndios florestais;</li> <li>- Efetuar ações de vigilância, combate e rescaldo de incêndios florestais.</li> </ul>

*Quadro 5 – Exercícios referentes a trovoadas e temporais*

<b>TROVOADAS E TEMPORAIS</b>			
Tipo de exercício	CPX ou LivEx	Data	A definir
Cenário	Uma forte trovoada, acompanhada de vento forte e granizo causou vários estragos por todo o concelho de Macedo de Cavaleiros. A energia elétrica e as comunicações encontram-se inoperacionais, por tempo indeterminado, o que dificulta ter uma perceção exata dos acontecimentos. Existem no entanto indicações da queda de algumas estruturas e de várias casas que foram afetadas pelo vento forte.		
Intervenientes	Corpo de Bombeiros Voluntários de Macedo de Cavaleiros; Forças de Segurança; Câmara Municipal; Órgãos de Comunicação Social (Jornal O Comércio de Macedo; Jornal Terra Quente; Jornal Nordeste; Rádio Onda Livre); Juntas de Freguesia; INEM; Centro de Saúde e Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros; EDP; Operadores de telecomunicações; Instituto Português do Mar e da Atmosfera.		
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Efetuar o reconhecimento da situação em vários pontos do concelho;</li> <li>- Estabelecer um serviço de estafetas que assegure a manutenção das comunicações;</li> <li>- Desobstruir as estradas que se encontrem cortadas devido à queda de árvores ou outras estruturas;</li> <li>- Confirmar a existência de vítimas nos locais que foram mais afetados pela trovoada e o vento forte;</li> <li>- Coordenar os meios de modo a dar resposta a todas as situações de acidente grave ou catástrofe;</li> <li>- Evacuar a população que tenha ficado com as suas habitações em risco;</li> <li>- Evacuar a população que necessite de cuidados especiais ou que por algum motivo esteja dependente de energia elétrica.</li> </ul>		



Quadro 6 – Exercícios referentes a movimentos de massas

<b>MOVIMENTOS DE MASSA</b>			
Tipo de exercício	CPX ou LivEx	Data	A definir
Cenário	A cedência de uma vertente num local onde passa uma estrada municipal do concelho de Macedo de Cavaleiros arrastou consigo um pesado de mercadorias e um ligeiro de passageiros que circulavam no troço de estrada quando ocorreu o deslizamento de terras. O Corte da estrada, numa extensão de várias dezenas de metros, deixou uma população completamente isolada, dado que a estrada afetada era a única que possibilitava o acesso à população.		
Intervenientes	Corpo de Bombeiros Voluntários de Macedo de Cavaleiros; Forças de Segurança; INEM; Centro de Saúde e Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros; Câmara Municipal; Estradas de Portugal; AutoEstradas XXI; ASCENDI; Órgãos de Comunicação Social (Jornal O Comércio de Macedo; Jornal Terra Quente; Jornal Nordeste; Rádio Onda Livre).		
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliar a resposta dos meios numa situação de busca e salvamento em condições adversas;</li> <li>- Verificar a capacidade de proceder à estabilização de vertentes e desobstrução de acessos;</li> <li>- Estabelecer uma alternativa de acesso à população afetada;</li> <li>- Prestar apoio logístico à população afetada.</li> </ul>		

Quadro 7 – Exercício referentes a geadas e acidentes rodoviários

<b>GEADAS E ACIDENTES RODOVIÁRIOS</b>			
Tipo de exercício	CPX ou LivEx	Data	A definir
Cenário	A acentuada descida das temperaturas durante a noite motivou a formação de geada em vários locais do concelho, tendo causado um número elevado de acidentes rodoviários (despistes e colisões) e problemas na agricultura.		
Intervenientes	Corpo de Bombeiros Voluntários de Macedo de Cavaleiros; Forças de Segurança; INEM; Câmara Municipal; Instituto Português do Mar e da Atmosfera; Estradas de Portugal; Estradas de Portugal; AutoEstradas XXI; ASCENDI; Órgãos de Comunicação Social (Jornal O Comércio de Macedo; Jornal Terra Quente; Jornal Nordeste; Rádio Onda Livre); Centro de Saúde e Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros.		
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Divulgar recomendações e medidas de autoproteção;</li> <li>- Gerir meios humanos e técnicos a afetar ao socorro dos diversos acidentes rodoviários;</li> <li>- Testar os procedimentos de salvamento e desencarceramento de vítimas em vários locais;</li> <li>- Verificar a capacidade de resposta das unidades de saúde;</li> <li>- Proceder à abertura de corredores de emergência;</li> <li>- Testar a capacidade de transporte de um elevado número de vítimas para as unidades hospitalares;</li> <li>- Prestar apoio aos agricultores com culturas mais afetadas.</li> </ul>		



Quadro 8 – Exercício referente ao risco de nevões

NEVÕES			
Tipo de exercício	CPX ou LivEx	Data	A definir
Cenário	<p>Uma intensa vaga de frio atingiu nos últimos dias o concelho de Macedo de Cavaleiros em toda a sua extensão territorial.</p> <p>O forte nevão que caiu na última noite levou ao corte de várias estradas no concelho e deixando algumas populações isoladas.</p> <p>A previsão meteorológica para os próximos dias indica que esta situação ainda se irá manter durante alguns dias, como tal, verifica-se a necessidade de proceder à distribuição de agasalhos e à evacuação de grupos mais vulneráveis para abrigos climatizados.</p>		
Intervenientes	<p>Corpo de Bombeiros Voluntários de Macedo de Cavaleiros; Forças de Segurança; INEM; Câmara Municipal; Instituto Português do Mar e da Atmosfera; Estradas de Portugal; Órgãos de Comunicação Social (Jornal O Comércio de Macedo; Jornal Terra Quente; Jornal Nordeste; Rádio Onda Livre); Centro de Saúde e Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros.</p>		
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Monitorizar os grupos de risco;</li> <li>- Proceder à evacuação de grupos mais vulneráveis para abrigos climatizados;</li> <li>- Avaliar o acesso e a capacidade das instalações climatizadas;</li> <li>- Divulgar recomendações e medidas de autoproteção;</li> <li>- Verificar a capacidade de manter os vários tipos de equipamento devidamente operacionais;</li> <li>- Proceder à limpeza de estradas cortadas pela neve e assegurar que não existem populações isoladas;</li> <li>- Gestão de meios humanos e técnicos a afetar aos serviços de urgência, ao apoio ambulatório e às áreas de abrigo</li> </ul>		

Quadro 9 – Exercício referente a sismos

SISMOS			
Tipo de exercício	CPX ou LivEx	Data	A definir
Cenário	<p>O concelho de Macedo de Cavaleiros foi abalado pela ocorrência de um sismo de grau V na escala de Mercalli modificada com epicentro na região. A ocorrência do sismo despoletou várias situações de acidente grave ou catástrofe, tais como: colapsos parciais em edifícios em mau estado de conservação; acidentes rodoviários; situações de pânico da população e ruturas no sistema de abastecimento de água.</p>		
Intervenientes	<p>Corpo de Bombeiros Voluntários de Macedo de Cavaleiros; Forças de Segurança; INEM; Centro de Saúde e Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros; Autoridade Concelhia de Saúde; Câmara Municipal; Órgãos de Comunicação Social (Jornal O Comércio de Macedo; Jornal Terra Quente; Jornal Nordeste; Rádio Onda Livre); Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro; Instituto Português do Mar e da Atmosfera.</p>		
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Efetuar o socorro às vítimas resultantes das várias situações de acidente grave ou catástrofe originadas pelo sismo;</li> <li>- Testar a capacidade de efetuar avaliação e escoramento de estruturas;</li> </ul>		



<b>SISMOS</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proceder à desobstrução de vias de comunicação;</li> <li>- Prestar apoio psicológico às vítimas.</li> </ul>

*Quadro 10 – Exercício referente a colapso de estruturas*

<b>COLAPSO DE ESTRUTURAS (RUTURA DE BARRAGENS)</b>			
Tipo de exercício	CPX ou LivEx	Data	A definir
Cenário	A Agência Portuguesa do Ambiente emitiu um aviso relativo ao risco de rutura da Barragem do Azibo, sendo necessário efetuar o aviso à população e evacuar as populações em risco.		
Intervenientes	Corpo de Bombeiros Voluntários de Macedo de Cavaleiros; Forças de Segurança; INEM; Câmara Municipal; Juntas de Freguesia; Agência Portuguesa do Ambiente; Operadoras de transporte coletivo (MACEDENCESTUR - Agência De Viagens e Turismo, Lda.; Maria Lúcia Carpinteiro; Rodo Talhas Lda.; Táxis de Macedo, Lda.; Táxis Reis & Alves, Lda.; Transportes Meles, Unipessoal, Lda.) Serviço Local de Segurança Social de Macedo de Cavaleiros; EDP.		
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proceder ao aviso e evacuação da população que possa ser afetada pela onda de inundação;</li> <li>- Prestar apoio logístico à população evacuada;</li> <li>- Proceder ao corte de serviços na zona presumivelmente afetada.</li> </ul>		

*Quadro 11 – Exercício referente a acidentes no transporte de substâncias perigosas*

<b>ACIDENTES NO TRANSPORTE DE SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS</b>			
Tipo de exercício	CPX ou LivEx	Data	A definir
Cenário	Despiste de um veículo cisterna de transporte de matérias perigosas numa zona de difícil acesso promoveu a deflagração de um incêndio que se alastra pela zona florestal envolvente ao local do acidente. Existência de um ferido em estado grave e derrame da matéria perigosa. Perigo de explosão.		
Intervenientes	Corpo de Bombeiros Voluntários de Macedo de Cavaleiros; Forças de Segurança; INEM; Autoridade de Saúde de Nível Municipal; Câmara Municipal; Órgãos de comunicação social (Jornal O Comércio de Macedo; Jornal Terra Quente; Jornal Nordeste; Rádio Onda Livre); empresa responsável pelo transporte da matéria perigosa; Corpo de Bombeiros de Santa Maria da Feira		
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecer e manter um perímetro de segurança;</li> <li>- Testar procedimentos especiais de intervenção em matérias perigosas;</li> <li>- Assegurar a existência de condições de segurança no local para proceder ao combate ao incêndio e ao socorro do motorista;</li> <li>- Combater o incêndio florestal, com o intuito de impedir que entre em contacto com a matéria perigosa;</li> <li>- Impedir o alastramento do derrame da matéria perigosa;</li> <li>- Averiguar a capacidade de proceder à trasfega da matéria perigosa restante;</li> </ul>		



<b>ACIDENTES NO TRANSPORTE DE SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS</b>	
	- Proceder à limpeza e neutralização da matéria perigosa na zona afetada.

*Quadro 12 – Exercício referente a incêndios urbanos*

<b>INCÊNDIOS URBANOS</b>			
Tipo de exercício	CPX ou LivEx	Data	A realizar 180 dias após a aprovação do plano
Cenário	Um incêndio na Escola Básica e Secundária de Macedo de Cavaleiros durante a manhã. É necessário proceder à evacuação da Escola. Existência de vítimas devido a intoxicação por fumos.		
Intervenientes	Corpo de Bombeiros Voluntários de Macedo de Cavaleiros; Forças de Segurança; INEM; Centro de Saúde e Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros; Câmara Municipal; outros meios provenientes de ajuda externa.		
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Testar os procedimentos de evacuação de vítimas;</li> <li>- Avaliar a intervenção das equipas de socorro e combate ao incêndio;</li> <li>- Avaliar o tempo de evacuação das pessoas do interior da Escola;</li> <li>- Testar a abertura de corredores de emergência e reencaminhamento do tráfego;</li> <li>- Proceder à montagem de um posto médico avançado no local.</li> </ul>		

*Quadro 13 – Exercício referente a acidentes industriais graves*

<b>ACIDENTES INDUSTRIAIS GRAVES</b>			
Tipo de exercício	CPX ou LivEx	Data	A definir
Cenário	Incêndio de grandes dimensões numa unidade industrial de metalúrgica de Macedo de Cavaleiros. Existência de vítimas por intoxicação. De realçar que o uso frequente de agentes químicos na indústria metalúrgica pode originar um acidente químico.		
Intervenientes	Corpo de Bombeiros Voluntários de Macedo de Cavaleiros; Forças de Segurança; INEM; Autoridade Concelhia de Saúde; Centro de Saúde e Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros; Câmara Municipal; Órgãos de comunicação social (Jornal O Comércio de Macedo; Jornal Terra Quente; Jornal Nordeste; Rádio Onda Livre); Corpo de Bombeiros de Santa Maria da Feira; Agência Portuguesa do Ambiente		
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecer e manter um perímetro de segurança;</li> <li>- Assegurar a existência de condições de segurança no local para proceder ao combate ao incêndio;</li> <li>- Testar procedimentos especiais de combate a incêndios, considerando a presença de agentes químicos;</li> <li>- Efetuar a busca e o socorro às vítimas.</li> </ul>		